

De terra sã a berço da micareta: estratégias constitutivas da identidade social em Feira de Santana

Aldo José Morais Silva*

Todas as sociedades buscam estabelecer elementos de identificação comum entre seus membros e que lhes permitam, conforme o indica Albuquerque Júnior, “costurar uma memória, inventar tradições, encontrar uma origem que religa os homens do presente a um passado”¹. Os artificios utilizados para construção desses laços identitários são variados, mas Pollak² observa que freqüentemente estabelecem-se a partir de acontecimentos vividos individualmente ou pelo grupo social; pela influência de uma determinada personalidade sobre uma comunidade ou um período (de modo que um grupo pode se identificar como tendo vivido a Era Vargas, por exemplo), ou ainda pela referência a um determinado lugar, um lugar de origem, idealizado ou não.

Partindo dessa compreensão fundamental da questão, procuramos demonstrar em seguida como a comunidade do município baiano de Feira de Santana valeu-se de diferentes elementos para elaborar e re-elaborar sua identidade coletiva, entre meados do século XIX e a década de 1940 do século XX. Não se trata de uma empreitada de cunho teórico, e sim de um exercício de verificação da experiência histórica de uma comunidade em busca de sua identidade, ou da produção de uma. Para isso nos valem do cotejo dos mais recentes estudos produzidos sobre esta comunidade, bem como, em grande medida, da análise de documentação primária. Analisaremos

* Doutor em História, professor da Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

¹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, *A invenção do nordeste e outras artes*. Recife: FJN; São Paulo: Cortez, 1999. p. 77.

² POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1992, v. 5, n. 10, p. 200-212.

assim três momentos desse esforço de construção identitária baseados, respectivamente, na noção da especialidade climática do município; na idéia de uma sociedade moderna e civilizada e, por fim, na identificação com uma festa – a micareta – que lhe conferiria distinção e prestígio. Antes de perscrutarmos tais estratégias, porém, cabe aqui uma breve explicação acerca das motivações desta comunidade para o desenvolvimento de tal esforço.

A história do município de Feira de Santana remonta ao final do século XVIII, com a expansão da atividade da pecuária no sertão baiano. Mas foi só a partir do segundo quartel do século XIX que a cidade começou a ganhar alguma projeção econômica. Uma posição geográfica privilegiada e um comércio ativo garantiram à cidade uma crescente relevância no cenário econômico baiano, tornando-a, já em 1923, a terceira maior economia do interior do estado, atrás apenas das cidades de Ilhéus e Itabuna, então significativamente impulsionadas pela expansão da cacauicultura.

Tal desenvolvimento econômico de Feira de Santana, contudo, não foi acompanhado por um equivalente aumento no prestígio da cidade. De fato, embora a referência à sua vocação comercial fosse, desde sempre, exaltada (não tendo mesmo jamais sido completamente relegada), comerciais também eram algumas das maiores e mais próximas cidades com as quais os feirenses mantinham contato, como Cachoeira e Santo Amaro da Purificação, ambas no Recôncavo Baiano. Além de comercialmente prósperas até o início do século XX, estas cidades eram também históricas, e seus moradores ufanavam-se de seu passado colonial ou de sua participação nas lutas pela independência nacional.

Sem uma tradição equivalente na história baiana, a sociedade feirense buscou então alternativas discursivas que lhe possibilitassem constituir um lastro identitário significativo frente a outras comunidades da região, conferindo-lhe assim legitimidade perante a conservadora sociedade baiana. Neste particular, o caso feirense parece ilustrar bem a relação que pode ser estabelecida entre a cultura, a sociedade e o espaço físico na construção/definição das identidades, relação esta

já apontada por estudiosos da noção de território, como Lopes de Souza, para o qual este se apresenta como “um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre o nós [...] e os outros”³. Em outros termos, Feira de Santana se apresenta como um bom exemplo de como a definição da identidade social de uma comunidade, pensada em termos de sua territorialidade, integra elementos que vão desde a experimentação do espaço vivido (em seus aspectos geográficos), até as representações construídas sobre este espaço, como o indicam Guatari e Rolink⁴.

Identificadas tais especificidades, podemos começar esta discussão ressaltando que as estratégias de afirmação de uma identidade social feirense estiveram sempre associadas à produção de discursos que garantissem o estabelecimento de um fator de diferenciação entre a cidade e as demais⁵. Mas este diferencial nunca foi estático, adaptando-se ou sendo adaptado ao longo das décadas, de acordo com as possibilidades de expressão simbólica de cada fator identitário e das necessidades da comunidade de arrefecer ou diluir o seu sentido de exclusividade, sua noção de excepcionalidade em relação a outros centros urbanos⁶.

³ SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 86.

⁴ Cf. GUATARI, Felix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 323.

⁵ Nesse sentido, o fenômeno feirense se enquadra na tendência, apontada por Pesavento, ao recurso à metaforização de palavras e coisas, pelos cidadãos, para atribuição de outros significados à cidade. Cf. PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999. p. 09.

⁶ Esta maleabilidade dos elementos de referência identitária não chega a ser um fenômeno raro. Albuquerque Jr., por exemplo, em seu estudo acerca da construção da idéia de Nordeste, constata, comentando a obra de Gilberto Freire, que a partir de determinado momento “embora a seca, como a mestiçagem, continuem a fazer parte de qualquer história da região, não são mais os fatores naturais que definem, que dão identidade, que estão na origem da região. São os fatores históricos e, principalmente, os de ordem cultural que marcariam sua origem e

Iniciamos este percurso no ano de 1855, momento em que toda a Província da Bahia sofria com a epidemia de *cólera morbus*, cuja severidade ocasionou a perda de cerca de 36.000 vidas⁷. Foi justamente em função de tal epidemia, identificada como uma “excepcional causa de crise de abastecimento, de mudança de costumes e de mortandade”⁸, que se desenvolveu, em Feira de Santana, a visão da cidade e de sua ambiência como especiais, como privilegiados pela natureza, o que veio a constituir a essência do discurso sobre a terra sã, primeiro dos esforços deliberados em prol da afirmação da identidade local. Isso porque, ao contrário do que ocorreu na maioria das cidades de grande e médio porte, a cólera, em Feira de Santana, foi excepcionalmente branda. Para que se tenha uma idéia da amenidade da epidemia em Feira, basta mencionar que a então desenvolvida e próxima cidade de Cachoeira e a Vila de Santo Amaro perderam 8.200 e 8.500 pessoas, respectivamente, vitimadas pelo mal⁹, enquanto em Feira de Santana registrou-se um número inferior a 130 mortes confirmadas, durante os onze meses de duração da epidemia¹⁰.

Com efeito, mesmo durante as primeiras manifestações da cólera em Feira, as autoridades médicas e administrativas já percebiam e pronunciavam-se sobre a pouca virulência do mal na cidade, em comparação com as notícias vindas das localidades próximas. Foi o que relatou, por exemplo, o médico José dos Santos Carneiro ao Presidente da Província: “A Providencia [...], parece

desenvolvimento como ‘consciência’”, evidenciando assim a substituição dos elementos identitários no discurso sobre a região. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Op. cit. p. 76.

⁷ DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: epidemia na Bahia do séc. XIX*. Salvador: EDUFBA; Sarah Letras, 1996. p. 129.

⁸ *Ibidem*. p. 18.

⁹ *Ibidem*. p. 137.

¹⁰ Este número resulta da análise da correspondência entre as autoridades municipais e a Presidência da Província entre 28/08/1855 e 19/04/1856, bem como registros sobre a epidemia, apresentados pela Coluna Vida Feirense do jornal Folha do Norte. Nº 2.216, de 29 de dezembro de 1951. Cf. SILVA, Aldo José Moraes. *Natureza sã, civilidade e comércio em Feira de Santana: elementos para o estudo da construção de identidade social no interior da Bahia 1833-1937*. Salvador, 2000. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia. Capítulo II.

querer proteger aos habitantes deste lugar de um mal tão devastador, não isentando-os de serem acometidos dele, mas sim tornando-o muito mais benigno do que em outros lugares [...]”¹¹. O Delegado Municipal, Jaime Carlos Leal, foi outra autoridade a defender a mesma idéia, e, não obstante se mostrasse bastante preocupado com o andamento dos casos de óbito, já havia expressado claramente seu pensamento em comunicação aos seus superiores provinciais, quando ponderava que “... a Feira até agora deva se considerar felicíssima, visto como o mal não tem feito o estrago que se tem dado em outros lugares atacados...”¹².

Constatada a “benignidade” da epidemia passou-se à tentativa de explicá-la. E o primeiro a fazê-lo foi, novamente, o Delegado Leal, em 02 de abril de 1856, quando afirmou em comunicação às autoridades provinciais: “[...] Continua a epidemia nesta Vila e seus contornos, se bem que até aqui não tenha apresentado com a intensidade dos outros lugares acometidos, talvez devido isso a sua posição, todavia quase vai regulando uma vitima por dia”¹³.

Esta ‘posição’ mencionada pelo delegado não pode ser confundida com a condição de entreposto comercial de que Feira de Santana já desfrutava em 1855, pois tal condição já havia sido identificada por outra autoridade, o Presidente da Câmara local, exatamente como um fator determinante para a chegada da epidemia na cidade. Sua opinião nesse sentido ficou claramente expressa em correspondência à Presidência da Província, quando comentou: “[...] esta Vila está toda aterrada com a notícia da peste que está assolando a Cachoeira, temendo-se não apareça já nesta Vila, pela grande comunicação que todos os dias temos com aquela cidade [...]”¹⁴.

¹¹ Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) - Presidente da Província / Corresp. recebida (Feira de Santana). Série Saúde / Epidemia - maço 5361. Ofício do médico José dos Santos Carneiro Pinto ao Pres. da Província, datado de 25/09/1855.

¹² Idem. Ofício do Delegado Jaime Carlos Leal, ao Presidente da Província, datado de 28/09/1855.

¹³ Idem. Ofício do Delegado Jaime Carlos Leal, ao Presidente da Província, em 02 de abril de 1856 [grifo nosso]

¹⁴ Idem. Ofício enviado pelo Presidente da Câmara Municipal, Manoel Joaquim Pedreira Sampaio, ao Presidente da Província, em 12 de agosto de 1856.

A 'posição' à qual o delegado fez referência dizia respeito então à característica geográfica da cidade, dado que esta se encontra situada numa região denominada de tabuleiro (local alto e plano). Tal 'posição' teria proporcionado à cidade o seu trunfo contra a epidemia, pois a altitude e a falta de barreiras naturais facilitariam a circulação do ar puro dissipando assim o que se supunha (ainda que de modo vago e incerto) ser a causa do flagelo: gases pútridos e nocivos, os chamados miasmas¹⁵. No imaginário da população local, portanto, a cólera havia sido minimizada pela condição peculiar de arejamento da cidade¹⁶, idéia que gradativamente se estendeu ao clima da cidade, de um modo mais amplo.

Com efeito, cerca de duas décadas após o término da epidemia, Feira de Santana já era indicada a pessoas acometidas por doenças respiratórias (notadamente a tuberculose) pela qualidade do seu clima. Em 1877, por exemplo, o Dr. Joaquim Remédios Monteiro transferiu-se da então Província do Rio de Janeiro para Feira de Santana, por recomendação de um colega médico, exatamente como uma tentativa de amenizar o grave estado em que se encontrava, por conta de uma tuberculose que o consumia há vários anos¹⁷.

¹⁵ As noções acerca dos miasmas tinham origem na idéia vigente desde o séc. XVIII, segundo a qual as doenças resultavam das emanações de gases e vapores ocasionados pela decomposição de matéria orgânica, ou simplesmente do acúmulo desta. Uma vez que estes gases se desprendessem da matéria orgânica decomposta, permaneciam (acreditavam os médicos) presentes na atmosfera, até que fossem dissipados pelos ventos ou inalados por alguém. Se isso ocorresse, o indivíduo estaria sujeito a toda sorte de febres e infecções. Cf. REIS, João José. *A Morte é uma Festa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 247-248.

¹⁶ A despeito desta idéia, vale mencionar que uma hipótese mais provável para a pouca mortalidade pelo *colera* em Feira relaciona-se à grande variedade de pontos de abastecimento de água existentes na cidade. Em Feira, não por acaso chamada de Santana dos Olhos D'água, as nascentes eram variadas e bem distribuídas, além de serem comuns as cisternas que se valiam do grande lençol freático sob a cidade, de tal modo que mesmo havendo a contaminação de um ponto de abastecimento, poucos indivíduos encontravam-se efetivamente abastecidos por este, sendo assim limitada a proliferação da doença.

¹⁷. Cf. BASTOS, Filinto. Dr. Joaquim dos Remédios Monteiro: Biografia. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, 1898, n. 17, Set. p. 468 a 513.

Do mesmo modo, em 22 de outubro de 1885, o jornal *O Correio de Notícias* anunciava: “Chegaram da capital, com sua exma. Família, em busca da salubridade que soe ter esta cidade, os Srs. Raymundo Lima e João Lima. Aquele, [...], deixou temporariamente as lides acadêmicas por haver adoecido [...]”¹⁸.

Já em 1900, outro jornal feirense, *O Progresso*, informava a chegada à Feira do farmacêutico Joaquim Pires, que “veio da capital em busca de melhoras a sua preciosa saúde”¹⁹. Em 1907 o mesmo jornal notificava a chegada do Dr. Affonso G. da Cunha Maciel Filho, fazendo votos que este encontrasse na “salubridade do [...] clima [feirense] o necessário lenitivo para sua saúde”²⁰.

Notas semelhantes podem ainda ser encontradas nos periódicos feirenses, mesmo que com progressiva escassez, até a década de 30 do século XX. Mas é o volume e o teor das notícias veiculadas, entre as décadas de 1870 e 1910, que permitem reconhecer essa fase como o período no qual a imagem de Feira de Santana, enquanto lugar de clima especial, alcançou a sua máxima projeção e força, definindo-se assim como seu primeiro fator de identidade, e rendendo-lhe qualificativos como “Cidade *Sanatorium*” ou “Petrópolis da Bahia”²¹, com os quais, por muito tempo, a cidade foi identificada.

Tão expressiva foi a imagem da terra especial para a identidade do feirense que, anos após esta ‘fase áurea’, a idéia da especialidade climática do lugar ainda encontrava eco entre a comunidade, chegando mesmo a ser incorporada ao conjunto dos atributos ufanados pelo hino composto para a cidade, na década de 1920. Neste, aliás, das quatro estrofes que o integram, duas fazem referência direta às condições climáticas de Feira de Santana, a saber:

¹⁸ Centro de Estudos Feirenses (CENEF) – Jornal *Correio de Notícias*, Nº 15 de 22 de outubro de 1885.

¹⁹ CENEF – Jornal *O Progresso*, Nº 24, de 23 de setembro de 1900.

²⁰ CENEF – Jornal *O Progresso*, Nº 370, de 17 de março de 1907.

²¹ Cf. MONTEIRO, Joaquim Remédios. A Feira de Sant’Anna como ‘sanatorium’ da tuberculose pulmonar. *Gazeta médica da Bahia*, Bahia: Litho-Typographia de João Gonçalves Tourinho. 1884, v. 2, Jun. p. 30.

II estrofe

Bem nascida, entre verdes colinas,
Sob o encanto de um céu azulado...
Ao estranho tu sempre dominas,
Com o poder do teu clima sagrado

III estrofe

Sorridente como uma criança
Descuidosa de sua beleza...
Do futuro és uma linda esperança,
Terra moça de sã natureza²²

É certo, porém, que a noção de terra “sã natureza” não se desenvolveu espontaneamente. Ela resultou da determinação da comunidade em construir tal imagem, ainda que a origem de tal idéia tenha sido a tentativa ‘franca’ de explicação para a benignidade da cólera. A esta, contudo, somaram-se os interesses simbólicos e econômicos da cidade, preocupada em ser uma comunidade respeitada e uma praça segura para toda atividade comercial.

De fato, embora estudos como o do brasilianista Rollie E. Poppino tenham demonstrado que Feira de Santana, a exemplo dos outros centros urbanos do período, sofrera com constantes endemias e epidemias, como as de varíola e a febre amarela²³, a propagação da imagem de terra de clima especial conseguiu neutralizar eficientemente os receios dos comerciantes locais e seus parceiros de outras praças, garantindo assim não apenas a regularidade da atividade comercial, como também uma significativa expansão desta. Não por acaso, em 1923, Feira de Santana já figurava como a terceira economia do interior do Estado.

As ações que viabilizaram a propagação da idéia da cidade saudável, e por extensão beneficiaram o comércio, foram empreendidas em múltiplas frentes. Compreenderam, por exemplo, a adoção de medidas de controle sobre a circulação de pessoas e mercadorias, a legislação sobre as características e

²² ERISMANN, Georgina. Hino à Feira. In. ESCOLA NORMAL DE FEIRA DE SANTANA. *Hinário da Escola Normal de Feira de Santana*. Feira de Santana, s.n, 1928. p. 05.

²³ Cf. POPPINO, Rollie E. *Feira de Santana*. Salvador: Itapoá. 1968. p. 99 e 264.

disposição das construções, a abertura e ampliação das vias públicas, o fortalecimento da autoridade médica (na figura do médico municipal) sobre questões de gestão e saneamento, além de contar com a significativa colaboração da imprensa local na divulgação das qualidades especiais da terra²⁴.

Um esforço tão grande para adequar a realidade da cidade ao discurso sobre a mesma evidencia que, mais que meras figuras de linguagem, as expressões como “Cidade *Sanatorium*” ou “Petrópolis da Bahia” constituíram metas perseguidas pelos feirenses. Um ideário que, tornado real (enquanto imagem da cidade) por aqueles que nele acreditavam, definia e motivava seus construtores, tornando-se assim seu elemento comum, seu fator de auto-reconhecimento e identificação, sua identidade coletiva.

A imagem da terra sã permaneceu, já o dissemos, como principal elemento identitário da sociedade feirense por muitos anos, mas a partir do ano 1900, é possível reconhecer uma progressiva mudança no discurso acerca da cidade. Nesse momento, começou a ganhar projeção entre os segmentos mais expressivos da intelectualidade local, a idéia da sociedade civilizada, em contraposição ao ideal da terra sã.

Para bem situarmos essa transformação é preciso levar em conta o quadro que se delineava no cenário nacional. Quadro este marcado pela instauração do regime republicano no país, pela expectativa de modernização das cidades; de diversificação da economia e, de forma emblemática, de civilização da sociedade e seus costumes²⁵.

²⁴ SILVA, Aldo José Morais. Op. Cit. p. 109-146.

²⁵ Sobre a relação entre tais elementos e a idéia de civilização, afirma ainda Rinaldo Leite: “Da ligação estabelecida, a princípio, entre o estado da saúde e a estrutura urbana, fundou-se um vínculo inexorável entre higienização e urbanização [...] que prosseguiu estabelecendo vínculos sucessivos, contíguos, múltiplos e recíprocos entre muitos outros fenômenos: modernização, urbanização, higienização, normatização, moralização dos costumes, ações de controle social, regulamentação dos usos do espaço, etc... Tornaram-se, todos eles, corolários, e seguiram um decurso tal que se referir à modernização ou à urbanização ou à higienização implicava sempre referir-se sempre a outras tantas ‘ações’. Uma expressão, entretanto, pela abrangência que adquiriu resumia todo este complexo de relações: civilizar.” Cf. LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *E a Bahia civiliza-se: ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana em Salvador 1912-1916*. Salvador, 1996. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Bahia. p. 11.

Tais preocupações não foram um fenômeno exclusivamente republicano, como bem o indica a bibliografia sobre o tema, sendo estas questões recorrentes entre os dirigentes políticos das últimas décadas do Império²⁶. O novo ideal de civilização encampado pela sociedade republicana, contudo, exacerbava, por assim dizer, as antigas expectativas em torno da possibilidade de realização de uma nova sociedade, seja quanto às suas conquistas materiais, seja quanto ao seu estilo de vida, tendo a Europa e a América do Norte como modelos a serem seguidos²⁷.

Desta preocupação em sintonizar-se com o modo de vida europeu, decorreu o desejo de estender seus valores à sociedade, fossem eles expressos pelos ditos novos padrões urbanos, fossem aqueles relativos às práticas sociais. No primeiro caso, tem-se a reestruturação dos espaços, com a intenção de livrar as cidades do país daquilo que era compreendido como característico de sua ‘incivilidade’: os traçados coloniais, os cortiços, a falta de saneamento, as populações pobres e mestiças²⁸.

Uma segunda dimensão desse processo, complementar e indissociável, envolveu a pretensão de associar às reformas urbanas, outras de natureza social, alterando ou extinguindo certos costumes e práticas populares. Algumas destas práticas

²⁶ Sobre o controle das habitações, hábitos de higiene e padrões de sociabilidade durante o Império, particularmente quanto ao controle das epidemias ver CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. (ver especialmente os capítulos 1 e 3); sobre a legislação destinada ao controle e normatização das habitações, deixada pelo Império ver LEMOS, Carlos A. C. *A República ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 13-14; sobre a percepção das “ameaças à ordem social” na figura de mendigos e tipos incivilizados ver FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios: na Bahia do século XIX*. São Paulo: HUCITEC; Salvador: EDUFBA, 1996. p. 135-150. Sobre os esforços das autoridades provinciais para civilizar as práticas da população baiana diante da morte ver REIS, João José. Op. Cit. (ver especialmente os capítulos 10 e 11 “Civilizar os Costumes” I e II).

²⁷ SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. vol. 3. p. 27-28.

²⁸ CHALHOUB, Sidney. Op. Cit. p. 20-29.

estavam relacionadas às questões de ordem médica, outras envolviam aquilo que podemos definir como a moral burguesa, voltada entre outros aspectos para a valorização do trabalho e negação do ócio, como bem convinha ao ideário do incipiente capitalismo nacional²⁹. Certo é que este conjunto de elementos, combinando-se de modos variados nas diferentes realidades regionais, desencadeou alterações e conflitos de características próprias.

Em Feira de Santana, a virada do século e o advento do novo sistema republicano também levaram a sociedade a se engajar na busca por um novo ideal de civilidade. Curiosamente, porém, o desenvolvimento de tal idéia, na cidade, implicou em sua progressiva sobreposição à percepção da salubridade especial da terra, como era entendida até então. Com efeito, na medida em que se difundiam as idéias acerca da inexorabilidade do progresso e do papel da ciência para a melhoria da vida e crescimento da sociedade, alterou-se o discurso sobre a natureza da cidade. Esta natureza deixou de ser o elemento de referência para uma caracterização e identificação local. Expressões como Cidade *Sanatorium* ou Petrópolis baiana perderam espaço, cedendo lugar à idéia da sociedade civilizada.

Na cidade, como na capital do estado, e mesmo em outras regiões do país, a imprensa tomou para si o papel de difusora dos novos princípios da modernidade civilizadora³⁰, e por meio dela percebemos que, na passagem do século, já era clara, para os intelectuais feirenses, a necessidade de fazer valer, junto à comunidade, os princípios positivos da racionalidade

²⁹ Cf. PESAVENTO, Sandra J. Op. Cit. p. 62-71.

³⁰ Para uma noção mais ampla acerca da atuação da imprensa na promoção da idéia de civilidade em outras regiões do Brasil, nessa fase, ver os artigos de MACIEL, Laura Antunes. A higiene como 'pedagogia do cidadão'. *Revista de História*, São Paulo, n° 127-128, p. 85-96, agosto/92 a jan-jul/93; HENRIQUES, Rita de Cássia Chagas. A razão moldando o cidadão: estratégias de política higienista e espaço urbano disciplinar – BH –1907-1908. *Cadernos de história*, Belo Horizonte, v. 2, p. 57-63, out. 1997 e SARGES, Maria de Nazaré. Belém, um outro olhar sobre a "Paris dos trópicos". In. SOLLER, Maria Ângela; MATOS, Maria Izilda S. (Orgs.). *A cidade em debate*. São Paulo: Olho D'Água, 1999. p. 49-74.

científica. Veja-se, nesse sentido, a nota do jornal O Progresso, que por ocasião da comemoração do seu primeiro aniversário, afirmava:

Pouco a pouco vai a cidade da Feira de Santana vestindo um caráter novo, mais artístico, mais adiantado, mais autônomo, e mais brilhante, não menos em relação aos seus diversos meios de desenvolvimento local e social, quanto ao desdobramento de sua culminância no futuro.

À medida que esta ubérrima e luxuriante zona vai perdendo de sua primitiva beleza, da risonha campesina maravilha de seus viventes e amenos prados tão rendilhados de flores mil, de variados festões de lindas parasitas e encimados por uma passarada gárrula e harmoniosa, entremeados matinais impregnados da aromática e saudabilíssima essência dos alecrins verdes floridos; a forma, a estética o ritmo, a arte em síntese, a civilização, ao influxo da larga e prodigiosa correnteza do progresso, vai, pouco a pouco, rasgando novos espécimes ao espírito público da Feira, dando-lhe um novo colorido material e social, estigmatizando os velhos preconceitos, criando, por vez, a sombra ingente de suas palmeiras, ao farfalhar libérrimo de suas cariciosas e higênicas brisas, o amor da sentimentalidade própria e da evolução, por um ingente, bordado, por assim dizer, à luz das idéias práticas e da liberdade natural de suas gratas florestas, o azul esplêndido e puríssimo de suas futuras glórias. [...] ³¹

Como se observa, o texto (cujo autor não é identificado) é rico em significados. De imediato chama a atenção a observação quanto ao desabrochar de um novo tempo para a cidade, um tempo com um “novo caráter”, cujos traços marcantes são: ser artístico, adiantado, autônomo e brilhante. A explicação para a mudança é dada em seguida: ela resulta do sucesso da sociedade em sobrepor a “civilização” à “primitiva beleza” da terra, aspectos naturais sobre quais o homem não tinha influência, que não resultavam de sua ação.

Outros elementos apresentados, pelo contrário, constituíam expressões próprias e emblemáticas da racionalidade humana, eram indicativos de sua ação modificadora da natureza: a forma, a estética, o ritmo... a

³¹ CENEF – Jornal O Progresso. n.º 74, de 02 de junho de 1901.

civilização, por fim. Eis aí a essência do novo caráter da Feira. Os avanços das ciências possibilitavam o progressivo domínio da natureza pelo homem em todas as áreas, em todos os países ditos civilizados. Logo, o feirense deveria também livrar-se do ‘domínio pela natureza’. A cidade não poderia mais ser aquela em que a vivência e a saúde da população eram determinadas (ainda que positivamente) pelas forças do meio ambiente. Urgia desvincular a cidade da imagem de uma terra de natureza sã, pois esta não se podia controlar, sobre suas propriedades climáticas – por melhores que fossem – o homem e a ciência não podiam atuar. Além disso, essa era uma imagem da cidade herdada dos administradores do Império, o que a tornava uma etapa a ser suplantada por uma nova visão ‘republicana’ da sociedade. Assim, cumpria viabilizar a possibilidade de controle do ambiente pelo homem, de modo que a saúde, por exemplo, fosse o resultado não do clima, mas da higiene pessoal e urbana, em última instância, conseqüências do planejamento racional, da observância dos preceitos científicos para a vida em uma nova sociedade.

Uma outra dimensão deste esforço por civilizar a sociedade deu-se em torno dos costumes da população. Nesse sentido, Clóvis Oliveira apresenta-nos uma ampla visão das diferentes estratégias e frentes de embate para a obtenção desta meta. Seu estudo, “De empório a princesa do sertão: projetos civilizatórios em Feira de Santana 1893-1937”³², é certamente o mais completo trabalho acerca desta fase de construção de uma identidade feirense pautada em um novo ideal de civilidade, expressa pela valorização da atividade comercial da cidade (em contraposição a um suposto passado rural) e pela reeducação dos hábitos da população, adequando-os melhor à comunidade moderna e progressista que se pretendia erigir.

Dentre os cuidados tomados para com a população, Oliveira constata a especial atenção dada a alguns elementos

³² OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes. *De empório à princesa do sertão: projetos civilizatórios em Feira de Santana 1893-1937*. Salvador, 2000. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia.

da comunidade. O primeiro deles teria sido com os negros, segmento identificado como um dos principais motivos do atraso do país pelas elites republicanas e, por isso mesmo, alvo preferencial das estratégias eugênicas por todo o Brasil. A especificidade da dinâmica sócio-econômica da comunidade feirense fez, contudo, com que as ações para com os negros tivessem uma abordagem diferenciada na cidade. Assim, enquanto em centros como Salvador e Rio de Janeiro buscava-se excluir tais elementos dos espaços públicos, em Feira optou-se 'apenas' por sua disciplinarização, haja vista que estes eram responsáveis pelo funcionamento cotidiano do comércio na cidade³³. Em outros termos, a realidade feirense teria determinado a opção pela adoção da estratégia da educação/adequação dos negros (dentro dos padrões de uma cultura letrada), buscando a destruição das memórias da cultura africana, especialmente no que diz respeito a suas formas de expressão religiosas e práticas de cura, identificadas como curandeirismos, feitiçarias e charlatanismos, traços duramente criticados e repreendidos por intelectuais e autoridades policiais.

Um segundo elemento da sociedade a receber destacada atenção das autoridades foi a figura do vaqueiro, símbolo de um passado pastoril a ser superado. Nesse sentido, observa Oliveira:

...se o vaqueiro podia ser símbolo de uma cidade de bases rurais certamente não o era de uma "urbe" que se queria civilizada. Desta forma, aquele que era um modelo de virilidade passa a ser um comportamento a ser perseguido pelos poderes públicos. Assim os boiadeiros começavam a entrar na alça de mira dos discursos civilizadores, e se [no passado se] queria apenas disciplinar a passagem das boiadas, logo surgiram outras medidas que tinham como objetivo transformar as passagens de boiadas em atividades criminosas.³⁴

O estudioso esclarece que boa parte das restrições que se impuseram aos vaqueiros eram decorrentes da prática da

³³ OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes. Op. Cit. p. 32.

³⁴ *Ibidem*, p. 43.

condução de boiadas pelo centro da cidade, prática esta que remontava aos primórdios de Feira de Santana. Embora antigo, o costume era agora criticado por se considerar que trazia riscos aos habitantes e, mais grave, porque, sendo uma prática arcaica, depunha contra o progresso da Feira, além de ser algo facilmente perceptível por um eventual visitante da capital. Nesse contexto, a figura do vaqueiro foi, por fim, identificada com o vagabundo, pois ambos seriam nocivos à sociedade, ambos expunham a sua incivilidade ou dificultavam o seu civilizar.

Esta preocupação com a ‘aparência’ da cidade motivou, aliás, toda uma série de medidas que, em seu conjunto, constituíam outro campo de embates. As medidas em questão visavam coibir a prática da criação de animais soltos pelas ruas da cidade, bem como eliminar os chiqueiros existentes nos quitais das casas do perímetro urbano, todos considerados aspectos flagrantes da incivilidade dos costumes locais.

Oliveira chama ainda atenção para o destaque dado à educação formal no município e ao combate à violência (em episódios como duelos ou assassinatos por questões de ‘honra’, por exemplo) como importantes medidas complementares deste processo de civilização da sociedade, dado que estes eram, por princípio, marcas características dos ‘lugares atrasados’.

O resultado de todos estes cuidados foi a efetiva projeção de um ideal de cidade moderna, progressista e, como tanto se queria, civilizada. Tal imagem foi, pelo menos durante as duas décadas iniciais do século XX, um referencial tão forte e presente para a sociedade feirense como o fora, no passado, o ideal de cidade saudável. As impressões causadas por essa imagem nos são reveladas pela literatura feirense, produzida neste período. E para um vislumbre e compreensão da mesma, o escritor e poeta Eurico Alves Boaventura é uma referência obrigatória.

De fato, embora os poemas de Boaventura tragam freqüentes referências à natureza³⁵, ali esta se caracteriza

³⁵ Tais referências seriam perceptíveis especialmente no que se pode definir como “figurações poéticas de uma cidade”, na obra de Boaventura. Cf. GODET, Rita Olivieri. *A poesia de Eurico Alves: imagens da cidade e do sertão*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo; Fundação Cultural; EGBA, 1999. p. 147.

por uma idílica brandura, que nada lembra uma natureza imperiosa sobre a vida de gentes sãs ou doentias. A modernidade sim, esta aparece como força determinante em sua obra, seja ela aquela que visa enfocar a urbe tentacular, a grande cidade³⁶, seja mesmo em relação a sua velha e interiorana cidade natal. Vejamos, pois, como esta Feira civilizada foi retratada por Eurico Alves em seu poema “A canção da cidade amanhecendo”, datado de 1937:

Sob a cálida volúpia da noite do planalto,
a cidade fulgura e tremeluz
nas coroas de ouro das lâmpadas elétricas.
Cá da cidade as largas estradas como cabelos desnastros
de mulher que sonhasse...
Feira de Santana, minha cidade adolescente!
Entre a fidalga melancolia das ruas aristocráticas
e o alegre movimento do bairro comercial,
há vivo rumor que se espalha pelas tuas ruas largas e retas
como
gargalhadas de sol,
encantadora polifonia de sibilinas sirenes serrando a carne
morena das
distâncias,
latejar e choques de lépidas máquinas velozes, velocíssimas,
rodando, correndo, avançando,
febril alarido de vozes tumultuosas,
trauteando a canção triunfal da tua alegria.
Vozes de longe, de outras cidades perdidas no sertão e de
cidades do mar,
Vozes desconhecidas, vivendo na algaravia musical das ruas
da minha
lírica cidade;
vozes comerciais planejando negócios, calculando despesas,
vozes rudes dos sertões bravios e longínquos,
canariando na tua boca besuntada de sol;
[...] ³⁷

³⁶ Ibidem. Ver especialmente ‘Exaltação da urbe futurista’ e ‘A urbe alucinada e tentacular’ p. 111-120 e 127-137, respectivamente.

³⁷ BOAVENTURA, Eurico Alves. In. GODET, Rita Olivieri. Op. Cit. p. 154-155.

Este pequeno trecho do longo poema já nos serve para reconhecer a ‘nova Feira’, a Feira marcada pela modernidade do trânsito, da eletricidade, das máquinas, dos negócios em expansão, de novos sons e ritmos. É a imagem de uma cidade que vislumbra com entusiasmo a possibilidade de ser metrópole.

Esta visão da cidade mostra-se predominante, como já o indicamos, durante as duas décadas iniciais do século XX, mas dela encontramos resquícios por, pelo menos, mais uma década como o prova o poema de Boaventura datado de 1937³⁸. Apesar dessas persistências, de um modo mais amplo, com o desenrolar da década de 30 do século XX, o investimento na idéia da civilidade da sociedade feirense já não conseguia produzir os dividendos do passado. As reformas urbanas das principais capitais, a essa altura, já haviam sido concluídas, em suas linhas gerais, há pelo menos uma década e, portanto, já não tinham o mesmo peso como parâmetros a serem perseguidos. A primeira Guerra Mundial, por outro lado, havia desmistificado em muito o ideal de civilidade européia que nos deslumbrou por tanto tempo. Estes fatores, somados, determinam um sensível esmaecimento dos discursos mais exaltados em defesa da civilidade/modernidade feirense (desde que tais atributos não fossem questionados, especialmente por forasteiros). Ao mesmo tempo, a idéia da terra sã não era, por esta época, mais que uma pálida lembrança do que havia sido no passado, cultivada apenas por uns poucos, em momentos de franco saudosismo.

Foi nesse cenário que começou a se delinear para os feirenses um novo elemento de auto-afirmação, capaz de conferir distinção a sua terra, e transmutar-se em mais um fator de identidade local. Tratava-se da festa que ficou conhecida como micareta, folia momesca realizada após a quaresma e que passou a ser o principal evento turístico do município, que ainda hoje se vangloria de ter sido o seu ‘berço’, ao passo que outras localidades, Brasil afora, adotaram também

³⁸ Nesse sentido, é preciso observar que a “Canção da cidade amanhecendo” é um registro com um forte caráter memorial, sendo significativamente marcado pela vivência do poeta e por sua observação das transformações sofridas pela cidade.

variações da festa pós-carnavalesca.

A versão mais difundida sobre a origem da festa da micareta, uma espécie de mito fundador da folia, apregoa que esta teria tido início no ano de 1937, quando chuvas torrenciais impediram a realização do carnaval, motivando assim os feirenses a retomarem as comemorações momescas após o período da quaresma. A experiência teria sido então tão bem sucedida que, de imediato, fora incorporada às práticas festivas da comunidade³⁹. Como todo mito fundador, contudo, tal narrativa tende a idealizar o processo, simplificando-o significativamente, além de lhe sugerir um caráter de espontaneidade que não é corroborado pelas evidências históricas.

Na verdade, a micareta resultou de esforços conscientes e sistematicamente empreendidos por vários anos, por boa parte da edilidade. Curiosamente, já há quase meio século, uma outra explicação, muito mais plausível, foi dada para o surgimento da micareta feirense. Trata-se do estudo “31 anos de Micareta”, de Helder Alencar⁴⁰, em que este afirma ser a festa feirense o resultado da mudança de hábitos provocada pela abertura da rodovia Feira-Salvador, em 1929.

De acordo com Alencar, por volta do início da década de 1890 começaram as primeiras comemorações do carnaval na cidade, em substituição aos festejos do entrudo. A partir de então o carnaval realizou-se com relativo sucesso ano a ano, até 1932, quando sofreu um súbito declínio. Sobre esse momento, afirma Alencar:

Oscilando entre a animação de certos anos e o fracasso em outros, o carnaval foi vivendo na Feira de Santana, proporcionando ao povo momentos inesquecíveis de alegria, até que o aparecimento da rodovia para Salvador decretasse o início do declínio carnavalesco, aparecendo fraco e sem grande movimentação, o tríduo de momo de 1932. A nova rodovia determinava a ausência de foliões, que preferiam o carnaval de Salvador.[...] O fracasso do carnaval feirense, com a animação caindo de ano para ano, foi determinando o

³⁹ MICARETA.COM: Site oficial da Micareta de Feira. Disponível em: <<http://www.micareta.com.br>>. Acesso em 20 jan. 2008.

⁴⁰ ALENCAR, Helder. *31 anos de micareta*. Feira de Santana: s. n, 1968.

nascimento das festas de após páscoa, que, pouco a pouco, ganharam mais animação e consistência, até o seu surgimento definitivo⁴¹

A abertura da rodovia, concluída em 1929, criou a possibilidade, portanto, de os feirenses desfrutarem do carnaval em Salvador. Em 1932 essa prática já se mostrava em franca expansão, com a população preferindo a festa na capital, de modo que Feira de Santana via-se progressivamente esvaziada de seus foliões, fato, aliás, claramente percebido pelos munícipes de então, para os quais o carnaval daquele ano havia sido apenas “modesto”⁴². Três anos mais tarde, a proximidade de mais um carnaval não entusiasmava a população, e o *Jornal Folha do Norte* assim comentava as perspectivas para a festa na cidade: “aproxima-se o tríduo da Alegria e, todavia, ainda não se escutam pela calada da noite sons de fanfarras e zabumbeios encorajadores, como em anos idos. [...] Será talvez, modesto o carnaval de 1935 na Feira de Santana”⁴³.

O articulista do jornal ressentia-se da falta dos bandos anunciadores da festa, o que evidenciava o desinteresse da população com as prévias do carnaval. Mas o que eram apenas preocupações até então, logo se mostraram problemas concretos, e no número seguinte o cronista escreveu:

Modestíssimo e sem entusiasmo crescente da multidão folgaz, decorreu o carnaval nesta cidade. Pode-se afirmar que foi o mais fraco dos tríduos de folia realizados nestes últimos sete anos. [...]

O êxodo álaçre de habitantes da urbe, como de alguns distritos, entre os quais pessoas reconhecidamente influentes, contribuíra para a o arrefecimento dos folguedos carnavalescos entre nós.⁴⁴

Mais uma vez, portanto, o êxodo dos foliões, especialmente daqueles tidos como “influentes”, determinou a derrocada do carnaval feirense. As figuras mais abastardas e destacadas preteriam a festa local em favor dos festejos na

⁴¹ ALENCAR, Helder. Op. Cit. p. 21.

⁴² *Jornal Folha do Norte* n° 1178, de 13 de fevereiro de 1932.

⁴³ *Jornal Folha do Norte* n° 1336, de 23 de fevereiro de 1935.

⁴⁴ *Jornal Folha do Norte* n° 1338, de 09 de março de 1935.

capital, influenciando assim boa parte da comunidade, que seguia o mesmo caminho.

Embora a relação entre o êxodo dos foliões para a capital e o enfraquecimento do carnaval feirense fosse claramente percebida por seus contemporâneos, parte da sociedade local insistia em manter viva a festa no município, e o jornal foi um importante instrumento nesse empreendimento. Não é por outro motivo que a Folha do Norte apresentou, em 1936, o que pode ser identificada como uma espécie de campanha para promover o carnaval na cidade. A estratégia adotada para tal promoção levou em conta diferentes artifícios, o primeiro dos quais foi a antecipação do início dos anúncios sobre festa. Assim, o que antes era anunciado com, no máximo, uma semana de antecedência, contava agora com uma antecipação de, pelo menos, quinze dias, além de uma convocação em tom mais envolvente⁴⁵.

Outro artifício foi dar cada vez mais destaque às matérias sobre o carnaval, que passam assim a ocupar normalmente três das cinco colunas disponíveis na primeira página, ao mesmo tempo em que títulos mais chamativos eram utilizados, como: “As vésperas do tríduo da folia” ou “Carnaval na Feira: a alma do povo vai vibrar na ‘avenida da alegria’”⁴⁶. Tais artifícios parecem ter-se mostrado eficientes, já que a avaliação da festa foi muito positiva, chegando mesmo a ser descrita como “animadíssima, célere [...], e [tendo] exced[ido] a expectativa geral [...]”⁴⁷.

Nesse ponto de nossa exposição, um questionamento e uma constatação se impõem. O questionamento a que nos referimos é: por que parte da comunidade insistia em manter uma festa que era reconhecidamente preterida pela população, mais interessada nos festejos da capital?

Para além das possíveis – mas improváveis – explicações de ordem exclusivamente econômica (como o estímulo ao comércio, por exemplo), está o fato de que a comunidade feirense

⁴⁵ Jornal Folha do Norte n° 1386, de 08 de fevereiro de 1936.

⁴⁶ Jornal Folha do Norte n°s 1387 e 1388, de 15 e 22 de fevereiro de 1936, respectivamente.

⁴⁷ Jornal Folha do Norte n° 1389, de 29 de fevereiro de 1936.

havia se acostumado a cultivar sua identidade social, o que implica em um forte investimento nos valores e práticas da própria comunidade. Com isso, a possibilidade da extinção da festa local apresentava-se como uma agressão a esta comunidade. Permitir o término da festa equivalia a admitir que a sociedade que tanto se esmerara para se constituir dinâmica, ativa e capaz, não resistia ao mais breve aceno dos 'brilhos da capital', expressos pela inusitada facilidade de acesso à Salvador. Nesse sentido, a insistência no carnaval feirense foi antes de qualquer coisa um ato de auto-afirmação que visava negar a fragilidade da vida cultural da "Princesa do Sertão" (como Feira de Santana era também conhecida) ante sua rival litorânea. Não é por acaso que os defensores da folia feirense constituíam a mesma parcela da sociedade que, em outros tempos, exortaram suas qualidades climáticas ou seu ímpeto civilizatório.

A constatação que mencionamos, a esta altura já óbvia, é que as condições conjunturais que tornaram possível o nascimento da micareta antecedem bastante o ano de 1937 e, principalmente, pouco têm a ver com o fenômeno das chuvas nos dias da festa, ainda que estas tenham, de fato, ocorrido naquele ano, como veremos adiante.

Constatada a eficiência da propaganda pró-carnaval, a imprensa feirense demonstrou sua intenção de repetir o sucesso alcançado em 1936, começando naquele mesmo ano a divulgação da festa do ano seguinte. Assim é que, em outubro de 1936, o jornal *Folha do Norte* já convidava a sociedade a se fazer presente no "Baile da Chita", onde seria escolhida a Rainha do Carnaval de 1937⁴⁸. O concurso para eleição da Rainha foi apresentado e acompanhado pelo jornal por nada menos que onze edições, entre 17 de outubro e 26 de dezembro, quando foi anunciada a vencedora⁴⁹. Tal empreendimento, além de obviamente manter em evidência o tema 'carnaval' junto à população, permite-nos identificar uma participação

⁴⁸ Jornal *Folha do Norte* n° 1422, de 17 de outubro de 1936.

⁴⁹ O jornal *Folha do Norte* n° 1432, de 26 de dezembro de 1936, anunciou Eunira Alves Boaventura (integrante de uma das famílias mais tradicionais da cidade) como primeira colocada no concurso, com 1.212 votos.

mais efetiva da sociedade nos esforços em prol da manutenção do carnaval feirense, através do envolvimento das famílias de maior prestígio social com o concurso e, por extensão, com a festa em si.

Além do investimento na divulgação do carnaval vindouro, outro indicativo da preocupação com o êxito da festa foi o engajamento das autoridades locais nas atividades de organização desta. Com efeito, com a proximidade do carnaval de 1937, organizou-se uma comissão de festa presidida pelo próprio prefeito municipal, Heráclito Dias de Carvalho⁵⁰, em clara demonstração de apoio oficial aos esforços de manutenção do evento, e de incentivo à participação de outras figuras de destaque na sociedade.

Iniciado o ano de 1937, o jornal Folha do Norte intensificou os anúncios do carnaval eminente, evidenciando mais uma vez o esforço conjunto em prol do êxito da festa. Curiosamente, a antecipação destes anúncios pôs lado a lado as referências aos dois principais eventos feirenses: o carnaval e a Festa de Santana. A nota acerca da folia profana não apenas dividia o espaço com os informes sobre a festa da padroeira (tida como a “festividade maior da Feira”), como a superava em destaque. De fato, apesar da reverência com que era abordada, a notícia sobre o evento religioso ocupa apenas a metade do espaço destinado ao carnaval, fato absolutamente inusitado até então⁵¹.

A despeito do empenho da comissão, que chegou até a promover um baile pré-carnavalesco⁵², os festejos do carnaval em 1937 foram especialmente frustrantes, devido a fortes chuvas que impediram a realização da programação planejada para o terceiro dia das comemorações. Mas, exatamente porque contava agora com uma comissão com poder deliberativo, o malogro dos festejos carnavalescos pôde ser contornado com a proposta de uma festa de compensação, apoiada pelas autoridades municipais. Foi dentro desta lógica que o jornal

⁵⁰ Cf. ALENCAR, Helder. Op. Cit. p. 21.

⁵¹ Jornal Folha do Norte n° 1436, de 22 de janeiro de 1937.

⁵² O baile, chamado de “Festa dos Zingaros” realizou-se com êxito, sendo considerado o “prelúdio brilhantíssimo do futuro tríduo da folia [...]”. Jornal Folha do Norte n° 1434, de 09 de janeiro de 1937.

Folha do Norte anunciou “a Feira divertiu-se, mas ficou insatisfeita: uma páscoa da folia faz-se necessária”⁵³, evidenciando assim uma clara expectativa em torno da realização de um segundo carnaval, que pudesse contemplar a comunidade envolvida nos preparativos do primeiro e que, de outro modo, ver-se-ia desestimulada a continuar apoiando os esforços para manutenção do carnaval feirense.

Após este primeiro aviso sobre a expectativa pelo segundo carnaval, a *Folha do Norte* voltou a anunciar, durante as semanas seguinte, a realização da nova festa, até então chamada de “páscoa carnavalesca” ou “páscoa da folia”⁵⁴, com o mesmo empenho demonstrado para com o carnaval. Destes novos esforços resultaram comemorações animadas que levaram o jornal a dedicar ao evento cinco de suas seis colunas da primeira página, anunciando: “Excederam a expectativa dos mais otimistas as festas [...] que a cidade celebrou durante cerca de 78 horas, ressarcindo-se vantajosamente da aborrecida redução de um dia no volvido tríduo de Momo,” e completa: “O segundo carnaval de 1937 radicou impressões deleitosas na população [...], que o evocará sempre, saudosa do que viu e pode afirmar”⁵⁵.

De imediato, fica evidente o grande sucesso alcançado, como o indica o próprio articulista. Nesse sentido, parece-nos pertinente afirmar que o fracasso do carnaval tradicional, mesmo após toda a campanha realizada para promovê-lo, acabou por gerar certa preocupação pelo êxito da festa alternativa, gerando também grande surpresa quando do seu

⁵³ Jornal *Folha do Norte* n° 1439, de 13 de fevereiro de 1937.

⁵⁴ De fato, embora o termo “micareta” também tenha sido usado desde as primeiras manifestações da festa, ele não se constituiu sempre em uma unanimidade. O professor Antonio Garcia, colaborador da *Folha do Norte* e um dos maiores incentivadores da festa, em um de seus artigos anunciadores do evento, rechaça o título de “micareta”, que considera um “disparate divulgado pelo jornalismo indígena” por ser uma corruptela do termo francês *mi-carême* (meia-quaresma), que por sua vez dava nome (ao mesmo tempo em que indicava o momento da realização) de uma festa momesca francesa, protagonizada por lavadeiras de Paris, às quais se juntavam os estudantes em grande algazarra. Jornal *Folha do Norte* n° 1440, de 20 de fevereiro de 1937.

⁵⁵ Jornal *Folha do Norte* n° 1446, de 03 de março de 1937.

bom termo. Outro aspecto a ser observado, na nota da *Folha do Norte*, é que esta trata o evento como algo a ser revivido na memória de todos, indicando assim que não havia a intenção, pelo menos até aquele momento, de que a festa alternativa tivesse um caráter permanente. O objetivo das autoridades era garantir a continuidade do carnaval feirense, a “páscoa da folia” havia sido apenas mais um recurso para tal fim.

Esta linha de raciocínio parece ser confirmada pelas primeiras notas anunciadoras do carnaval no ano seguinte, 1938. Nestas, não há menção imediata à realização de uma nova ‘páscoa da folia’, sendo apenas o carnaval rememorado⁵⁶. Ao mesmo tempo, porém, estas notas passaram a conclamar sistematicamente os foliões a participar do carnaval⁵⁷, exprimindo um tom de preocupação com o clima de pouco entusiasmo em torno do momento que se aproximava. Este clima foi confirmado, e criticado, pelo articulista do jornal na véspera do evento, quando este argumentou:

Tudo está a indicar que o tríduo da folia passará esse ano sem o luxo, sem o brilhantismo, sem o entusiasmo dos inolvidáveis carnavais de outrora.

Todos os augúrios e promessas e suntuosos préstimos em 1938 malograram e caíram em obliuio. [...]

De cordões, blocos, ranchos e outras agremiações, ninguém nos dá notícia.

Se é que essas associações, muito de indústria se amochoiram, acumulando energias, a exemplo do ocorrido em ano transacto (com justificativa, aliás, sobrevindo na Terça-feira Gorda) para ostentosa apresentação pós-quaresma, espécie de sobremesa da folia ou peru dos frios do festim, preferindo à quadra oficial da franca alegria, uma inexpressiva, intragável e problemática micareta, híbrido em má hora adotado, saiba Zé Careta [o folião] aproveitar, in totum, a liberdade que lhe é assegurada agora [...]⁵⁸

Como fica evidente na nota acima, a micareta não apenas não fazia parte dos planos oficiais, como era uma idéia severamente rejeitada como artifício para a manutenção do

⁵⁶ Cf. Jornal *Folha do Norte* n° 1491, de 05 de fevereiro de 1938.

⁵⁷ Jornal *Folha do Norte* n°s 1492 e 1493, de 12 e 19 de fevereiro de 1938, respectivamente.

⁵⁸ Jornal *Folha do Norte* n° 1494, de 26 de fevereiro de 1938.

carnaval, chegando mesmo a ser tachada de “inexpressiva, intragável e problemática”. Apesar de tais protestos, contudo, o carnaval de 1938 fracassou, motivando o anseio por uma segunda micareta. Assim, embora tenha sido inicialmente depreciada, a micareta pareceu contar com um envolvimento mais espontâneo (e crescente) da comunidade, o que levou a *Folha do Norte* a rever seu posicionamento inicial, reconhecendo o empenho da sociedade para a promoção da festa⁵⁹.

Neste ponto, novas questões se colocam, como por exemplo, por que a comunidade optou por dar mais atenção à micareta que ao carnaval? Uma primeira possível explicação para isso talvez possa ser encontrada no simples fato de que a micareta significava mais tempo real de festa, uma prorrogação concreta do feriado. Sim, pois no ano anterior, a terça-feira gorda (um único dia, portanto) prejudicada pelas fortes chuvas, foi compensada com três dias de festa adicionais. Em 1938, ao que tudo indica, o carnaval efetivamente ocorreu, mas sob a alegação de que este se deu sem o brilho esperado, se propunham novos três dias de comemoração, a segunda micareta⁶⁰.

Contudo, mais significativo que o aparente apreço feirense à pândega, talvez seja a repercussão que os anúncios da folia pós-quaresma começavam a ter nos municípios vizinhos. Tais impressões não passaram despercebidas pela imprensa, que tratou de anunciá-las em notas como: “vão ser de intensa alacridade, proporcionando indizível alegria à população feirenses e aos excursionistas de vários pontos, inclusive da capital, as noites de 23 e 24 e os dias 24 e 26 do mês que passa”⁶¹. Como se observa a nota já sinaliza com o que poderia vir a ser o maior trunfo do carnaval pós-quaresma: atrair as atenções da região para a Feira de Santana, e, ainda mais significativo: atrair a atenção da própria capital, para a qual a cidade vinha perdendo seus foliões, desde 1932.

As notas das edições subseqüentes voltaram a enfatizar

⁵⁹ Jornal *Folha do Norte* nº 1499, de 02 de abril de 1938.

⁶⁰ Jornal *Folha do Norte* nº 1497, de 19 de março de 1938.

⁶¹ Jornal *Folha do Norte* nº 1500, de 09 de abril de 1938.

a participação dos ‘estrangeiros’ e, por extensão, a projeção que Feira alcançava, dia a dia. Numa destas notícias, por exemplo, entre comentários sobre os preparativos da festa, o jornalista ressaltou o anúncio de “passeios de recreio” oriundos de São Felix, Conceição da Feira, São Gonçalo dos Campos, Santo Amaro e Tanquinho, destinados à festa feirense. Nesta mesma edição, em que se indica a expectativa da grande visitação, muito sintomaticamente apresenta-se também um pouco da imagem que se quer passar da Feira a seus visitantes, através de uma das novas marchinhas que deveriam animar as atividades. Sobre tal novidade informava o jornalista:

Entre os novos cantos que serão modulados durante as próximas festas está o [Cidade Universitária, de Anacleto Carvalho] de seguinte letra:

Coro
Cidade Universitária
Que vive em nosso coração,
cidade do amor,
linda “Princesa do Sertão” (Bis)

Solo
Cidade do sonho.
de luz, de prazer,
de formosura natural.
Cidade feliz,
cidade ideal,
Feira de Sant’Anna.
— Cidade sem rival.⁶²

O título da marchinha, uma referência à presença da Escola Normal (que fazia da cidade um dos pólos educacionais do interior), já dava o tom da idéia geral que se pretendia transmitir: a Feira era um local de brilho próprio, cidade orgulhosa, instruída e progressista, esbanjando virtudes entre suas irmãs interioranas. Para uma parte da sociedade feirense a micareta afigurava-se, assim, como uma excelente oportunidade de auto-afirmação, através da promoção da imagem da cidade, que durante alguns dias tornava-se o centro das atenções em uma ampla região que englobava, esperava-

⁶² Jornal Folha do Norte n° 1501, de 16 de abril de 1938.

se, até mesmo a capital. Isto explicaria também a mudança de atitude da *Folha do Norte* em relação à micareta, que de uma aberta rejeição, passou a uma postura de cooperação com a festa, apesar da reticência de alguns de seus colaboradores.

O apoio da *Folha do Norte* foi consolidado na edição posterior ao término da segunda micareta, quando foram apresentadas transcrições de notícias sobre a festa, publicadas por periódicos de cidades vizinhas, como “O Município”, de Conceição da Feira, e “A Verdade”, de São Gonçalo dos Campos. Em ambos os artigos transcritos o tom é de parabenização. O Município, por exemplo, após elogios à festa concluiu: “foi, de fato, um segundo carnaval na Bahia!”. O periódico de São Gonçalo, por sua vez, afirmava: “Podemos dizer sem temer contestação que nenhuma cidade do interior baiano se fará coisa igual, sendo que, somente a Feira, poderá repetir, um acontecimento como o que assistimos no domingo⁶³”.

É evidente que a publicação destas notas, que são em si mesmas provas cabais da eficiência da micareta como instrumento de promoção da cidade, elevou a auto-estima feirense, ao mesmo tempo em que serviu de motivação para a continuação da nova festa. Desse modo, boa parte da sociedade percebeu que, em lugar de concorrer com o carnaval da capital, com o qual não poderia fazer frente, mais vantajoso era fazer o seu próprio carnaval alternativo, menor, mais simples e ainda assim tido como esplêndido, tornando-se o centro das atenções naquele momento.

No posterior ano de 1939, a proximidade do carnaval foi mais uma vez lembrada em notas da *Folha do Norte*. Estas novas referências ao carnaval parecem confirmar a existência de correntes de pensamento distintas acerca da festa no município, uma pró-micareta, e uma defensora da continuidade do carnaval, embora reconhecendo o seu enfraquecimento⁶⁴. Tal embate de opiniões ficou particularmente claro em nota subsequente da *Folha do Norte*, intitulada “Carnaval de 1939 na Feira: cogita-se um novo tríduo da folia”, onde se lê:

Sem o brilho e as pompas de volvidos carnavais, nesta cidade,

⁶³ Jornal *Folha do Norte* nº 1504, de 07 de maio de 1938.

⁶⁴ Jornal *Folha do Norte* nº 1545, de 17 de fevereiro de 1939.

o tríduo de Momo não passou em oblivio, como o de 1938, e logrou divertir a população [...]

O entusiasmo popular patenteou-se em crescendo com o avançar das noites, notadamente da terça-feira gorda [...]. Provado está que o carnaval está profundamente radicado em nossos costumes e, portanto, jamais poderá ficar em esquecimento, sem uma vantajosa compensação futura.

Agora mesmo, porque não se sentiu fartamente arraçoado pela folia, Zé-Povo, está a anhelar por uma segunda quadra de prazer, a qual, parece, não lhe será negada em 16, 17 e 18 de abril porvindouro [...]. Vai haver um segundo carnaval, quiçá mais opulento, mais artístico, mais ruidoso, mais empolgante que o primeiro. [...]

Micarême! Micarême! É o grito que se ouve em todos os lares, nas ruas, em todas as bocas! Há um entusiasmo incontido na multidão pela realização da Micarême!⁶⁵

Como se vê, ao mesmo tempo em que o jornalista comemora a diversão da população no carnaval, anuncia a realização de mais uma “micarême”, indicando assim que, a esta altura, a realização da segunda festa já não dependia ou justificava-se pelo malogro de sua antecessora. Notas posteriores voltam a confirmar o sentido da opção pela manutenção da micareta, eram as “excursões recreativas” que se organizavam em outros municípios para participar da “colossal fuzarca”. E desta vez, além de excursões interioranas, registrava-se com evidente orgulho a expectativa de participação do “glorioso e grande clube baiano [Clube Carnavalesco Cruz Vermelha, de Salvador] que tomará parte no colossal cortejo que desfilará em 16 e 18 do andante [...]”⁶⁶. Com a micareta, portanto, a situação se invertia: os feirenses, que no carnaval ressentiam-se por verem seus foliões migrarem para a capital, viam agora a gente da “Bahia” deixar sua cidade para brincar a micareta feirense. Como poderia a cidade prescindir desse artigo exclusivo, que punha Feira, acreditava-se, mais evidente que a própria capital?

Nos anos imediatamente posteriores, a dupla comemoração momesca pareceu coexistir em Feira de Santana, embora sempre com a gradativa perda de prestígio do carnaval. De fato, em 1942, a *Folha do Norte* chegou a publicar artigo sob o título “Carnaval...

⁶⁵ Jornal Folha do Norte n° 1546, de 25 de fevereiro de 1939

⁶⁶ Jornal Folha do Norte n° 1552, de 08 de abril de 1939.

desapareceu dos nossos costumes: cogita-se somente a chamada 'Micareta'⁶⁷. Neste o jornalista informava, com um discreto tom de inconformismo, a falta de atividade para o carnaval eminente, ao passo em que já dava como certo o evento pós-quaresma, anunciando o primeiro baile "*Grito da Micareta*". Como ocorreu em anos anteriores, passado o carnaval, a avaliação da festa apontou apenas o fraco movimento nas ruas e a expectativa por mais uma micareta⁶⁸.

Esta referência da *Folha do Norte* ao carnaval de 1942, parece ter sido o derradeiro esforço para dar algum destaque a esta festa em Feira de Santana. De 1944 em diante, somente a micareta tem espaço na imprensa, somente ela realiza-se na cidade, contando com o apoio do comércio e gerando oportunidades de negócio⁶⁹. A cidade conseguiu assim preservar sua identidade, não pela manutenção do carnaval local – como aspirara inicialmente – mas pela criação de uma nova festa, um evento que, mais uma vez, acreditava-se, tornava-a uma terra especial.

Na atualidade a micareta já não é mais uma exclusividade feirense (embora sempre se ressalte o pioneirismo da cidade, vale lembrar). A abertura das rodovias, intensificada nas décadas seguintes ao período que acabamos de analisar, além de propiciar crescimento e a diversificação econômica no município, determinou também, por sua própria dinâmica, a desestruturação de certos padrões de sociabilidade e de inter-relação da comunidade.

Desde então, embora a mística em torno da micareta não tenha sido abandonada, outros elementos foram alçados à condição de bases da identidade feirense. Assim é que a "Princesa do Sertão" busca ser entre outras coisas a 'segunda cidade do estado' (atrás apenas da capital), o 'principal entroncamento rodoviário do norte-nordeste', a melhor praça comercial do interior (quicá até do estado!). Essa, contudo, é uma outra análise, um outro capítulo da história feirense – da história baiana – que aguarda ser escrito, mas em função do qual a provocação já está feita.

⁶⁷ Jornal *Folha do Norte* n° 1700, de 07 de fevereiro de 1942.

⁶⁸ Jornal *Folha do Norte* n° 1702, de 21 de fevereiro de 1942.

⁶⁹ Para a micareta de 1944, por exemplo, a *Filarmônica 25 de Março* anuncia a venda dos ingressos para os bailes que pretendia realizar. Jornal *Folha do Norte* n° 1813, de 08 de abril de 1944.

**De terra sã a berço da micareta:
estratégias constitutivas da identidade social em
Feira de Santana**

Aldo José Morais Silva

Resumo: Este texto pretende apresentar e analisar os vários discursos produzidos pela comunidade da cidade de Feira de Santana, na Bahia, em seu esforço para construir e fortalecer sua identidade comum, entre 1855 e 1944. Nessas circunstâncias o trabalho mostra como a população utilizou diferentes elementos (o clima do lugar, a idéia de civilização e até mesmo uma festa carnavalesca), como recursos capazes de conferir uma distinção positiva à sociedade local. Com isso, evidenciamos também como aquela sociedade reconheceu a necessidade de consolidar sua identidade histórico-cultural, para poder significar seu presente e suas potencialidades.

Palavras-Chave: Identidade social; produção de discursos; Feira de Santana.

Abstract: The following paper has the purpose of showing and analyzing the many discourses produced by the community from Feira de Santana, in Bahia state (Brazil), and it has the aim to show this community's effort to build and strengthen identity from 1855 to 1944. According to those circumstances the study intends to show how the population used different elements (the climate of the town, the idea of the civilization and a uncommon carnival feast) as recourses capable of bestowing a positive distinction to local society. Then the paper intents also to show that society admitted the necessity to solidify its historical and cultural identify with the purpose to signify its present and potential.

Keywords: Social identity; production of the discourses; Feira de Santana

Artigo recebido para publicação em 04/10/2008

Artigo aprovado para publicação em 26/01/2009